

Escola técnica também muda

Outra mudança prevista na reforma aprovada pelo MEC é a separação do ensino acadêmico do profissional. De agora em diante, o ensino profissionalizante será feito concomitantemente ao ensino formal – ou depois – e em módulos. Ao final de cada módulo, o aluno recebe um certificado de técnico de nível médio e, assim, pode disputar uma vaga no mercado de trabalho.

O Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), criado no ano passado, prevê a construção de 200 centros de educação profissional, que deverão gerar 240 mil vagas em cursos técnicos. Para isso, dispõe de um orçamento de US\$ 500 milhões, metade dos quais financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A outra metade será custeada com recursos orçamentários do próprio MEC e do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

De acordo com o diretor do Proep, Raul do Valle, a expansão da educação profissional se dará em três níveis: adaptação das 133 escolas técnicas federais ao novo sistema, financiamento de estudos para que os estados façam o reordenamento de suas escolas profissionalizantes e estímulo à formação de parcerias com municípios e entidades da sociedade civil para a criação de cursos técnicos.

O primeiro projeto comunitário financiado pelo Proep teve sua pedra fundamental lançada em dezembro último. Será uma escola para formar profissionais para a indústria automobilística, criada pelo Sindicato das Indústrias Mecânicas e Eletromecânicas de Caxias do Sul, no Rio Grande.

O MEC também já assinou convênio com a Central Única de Trabalhadores para fazer uma escola de hotelaria e turismo na Praia de Canavieira, em Santa Catarina, onde a CUT tem um hotel e um centro de convenções.